



ATA n.º 020/2016

KT

Ata da décima oitava sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia trinta de maio. Iniciada a sessão o presidente abriu o **EXPEDIENTE** solicitando a leitura das atas da sessão ordinária do dia dezesseis, e da sessão extraordinária do dia dezoito de maio, ambas aprovadas com todos os votos sem receber comentários. Em seguida constou a leitura da ata da sessão do dia vinte e três de maio. Em discussão o Vereador Osvaldir comentou que na parte referente à Ordem do Dia durante a discussão dos projetos de leis números 018 e 019, quando comentou os mesmos, o texto estaria vinculando os repasses referentes às alterações orçamentárias previstas para a Associação Professora Alina e Associação Indígena quando a alteração orçamentária seria para repasse de subvenções a todas as associações, pedindo para que fosse corrigido o texto. Em votação, também foi aprovada com todos os votos. Encerrando o Expediente constou a Indicação de Serviço 03/2016 do Vereador Laurici, solicitando a "Abertura da Clínica da Mulher a partir das seis horas para atender aos usuários que aguardam o início do atendimento no local", devidamente encaminhada ao executivo municipal. Na **TRIBUNA** o Vereador **VALDIR CABRAL** primeiramente disse que em alguns momentos de seu pronunciamento na sessão passada foi um pouco indelicado na forma de se pronunciar perante os pares, mas em nenhum momento deixou de expressar a sua forma de atuar dentro desse Poder Legislativo mesmo já sabendo e tendo ouvido vaias e manifestações de algumas pessoas. Falou que durante a semana tinha sido cobrado e conversado com vários educadores, aos quais disse que tinha um grande respeito e carinho inclusive com irmãos, cunhados, e sobrinhos que eram educadores, mas existiam pessoas que se aproveitavam do momento para fazer politicagem em cima das manifestações de seu voto e como constava na ata daquela sessão lembrou que quando houve uma reunião entre o Vereador João Artur, algumas pessoas da categoria e o prefeito, fez um comentário de que tinha ficado feliz pois tinham chegado a números, o pessoal havia concordado em voltar a trabalhar e estavam resolvidas as coisas, e tinha ficado feliz de verdade pelos professores, pelos pais de alunos e principalmente pelas crianças. Diante da chegada do projeto numero 020 da forma que tinha vindo, disse que já sabia do impacto em relação ao limite prudencial que no momento que estaria ultrapassado e isso comprometia o projeto; que o prefeito tinha conhecimento de que tinha prazos para regularizar a situação, mas sabiam da necessidade e do período que estavam entrando. Disse aos presentes e para aquelas pessoas que gostavam de inverter a forma de seu pensamento que não se preocupava com a forma como iriam levar o seu nome para fora com relação à forma que atuava aqui e queria deixar bem claro que não era contra a categoria em nenhum momento e sim a favor, e dentro de sua forma de legislar não bastava vir aqui por várias vezes e atropelar projetos para beneficiar algumas categorias ou alguns setores; às vezes segurar projetos por falta de informação, parecer jurídico ou contábil, ou do impacto orçamentário e nesse caso a sua preocupação não era apenas em



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

126

(Kp)

votar, pois seria fácil como já tinha falado receber aplausos da categoria, mas a preocupação era em relação ao projeto que tinha gerado a Lei n.º 831 de 2016, um aumento de 10,5% que já havia sido paga a primeira parcela, e não afetava somente o executivo e o legislativo, pois tinha conhecimento de que a ata da reunião que citou por outros fatores iria para outros poderes; essa lei deveria ser sancionada pelo prefeito e publicada, e mesmo respeitando seus colegas tinha a preocupação de que corresse tudo em ordem, pois sabia que o projeto seria aprovado e esperava que virasse lei; corresse tudo dentro da normalidade, e não afetasse o que já estava acontecendo que era a correção que já vinham recebendo. Disse ainda que isso não era uma justificativa, pois não tinha preocupação e não iria mudar o seu voto mas apenas queria deixar claro ser contra a forma da lei pois nesse momento estariam encerrando os trabalhos de uma Comissão Processante além de outras Comissões Especiais, que era um trabalho complicado que teria sido aberto por falta de informações e documentos que poderia levar à cassação do prefeito, mas ao mesmo tempo o prefeito enviou para a Câmara um projeto sem um parecer jurídico e contábil, e sem os documentos necessários, e as comissões mesmo sem os pareceres mandaram para o plenário para votação e assim era contra o projeto e não contra a categoria. O Vereador **OSVALDIR** falou sobre o atual governo federal dizendo que havia caído o segundo Ministro, sendo dessa vez o Ministro da Transparência, justamente o que havia sido colocado no governo para controlar a corrupção, dizendo isso para falar de uma situação que era bem interessante sendo que estariam focados em duas situações no município sendo uma o processo de impeachment em andamento que só não estava concluído devido à concessão de uma liminar, mas estava em via de ser, e também do governo federal que estava em andamento e provavelmente dentro de alguns meses também seria concluído, mas gostaria de falar sobre outra situação. pois estavam pensando e analisando a situação de Brasília e do município e estariam esquecendo do estado. Disse que segundo alguns colegas da empresa EMATER que estiveram na Bahia, os baianos iriam mandar fazer uma estátua do governador Beto Richa para homenageá-lo por ter trazido ao Paraná o Secretário da Fazenda Mauro Ricardo Costa, que além da Bahia também esteve no estado de Minas Gerais, falando que esse secretário seria quem mandava no estado do Paraná e estaria fazendo milagres, menos para o povo do Paraná. Contou que esteve na comemoração dos sessenta anos do Instituto Emater, antes conhecido como ACARPA, e o secretário de agricultura do governo Norberto Ortigara, falou sobre a situação econômica que o estado atravessava e ao mesmo tempo que diziam que o Paraná era um dos melhores estados do Brasil tendo ultrapassado o Rio Grande do Sul e estaria em quarto lugar na questão econômica, não tinha dinheiro para nada, relatando sobre um concurso público que a Emater teria feito e quatrocentos aprovados estariam aguardando mas o governo não chamava; que incentivaram um plano de demissão voluntária para que funcionários com mais de sessenta anos pudessem deixar seu trabalho porque com um salário de cento e cinquenta funcionários mais antigos daria para pagar esses quatrocentos e sobraria dinheiro; que a Emater fez isso, o dinheiro entrou nos caixas do governo e não chamaram os concursados, e os comentários que ouviam era de que provavelmente não chamariam, sem falar que nenhum jornal nem os canais de



(KA)

televisão estariam falando sobre a corrupção no estado do Paraná pois o governo estaria contaminado pela corrupção, mas como não estavam focados nisso nem estariam percebendo essas corrupções, questionando onde teria ido parar o dinheiro dos aumentos dos impostos no estado como o ICMS e o IPVA para depois o governo dizer que não tinha dinheiro, perguntando se dava para entender uma situação como essa. Encerrou dizendo que deveriam analisar a situação porque isso dizia respeito ao município também. Na **ORDEM DO DIA** constou o segundo turno de votação do Projeto de Lei n.º 020/2016. Em discussão o Vereador Osvaldir disse que infelizmente iriam votar sem algumas coisas que seriam básicas para que pudessem argumentar e dessem sustentação aos seus votos, inclusive na questão do impacto orçamentário, pois o projeto teria ficado prejudicado pela falta dessa informação por parte do executivo e estariam fazendo a sua parte como vereadores, mas consciente de que o prefeito, no acordo que fez com a classe, pisou na bola por não ter providenciado aquilo que seria essencial para uma análise mais criteriosa do projeto. A Vereadora Rita Taborda também falou sobre a falta do impacto orçamentário e dos problemas que podiam ocorrer com o Ministério Público ou até mesmo com o Tribunal de Contas, dizendo que sabia que isso poderia ocorrer, pois também tinha consultado vários pareceres a respeito mas como tinha algo firmado procurou relevar algumas situações entendendo os Vereadores Laurici e Valdir sobre todos os itens que haviam colocado, falando isso para deixar claro que sendo da classe sempre lutava pelos direitos afirmando que era um risco que corriam, pois futuramente poderia ter problemas ou não. Deixou claro também que não era manipulada por ninguém conforme algumas pessoas falavam; que tinha os seus pensamentos e sempre votava com a sua consciência. O projeto novamente recebeu os votos contrários dos vereadores Valdir Cabral e Laurici e todos os demais favoráveis, e passou a constar como Lei n.º 842/2016 - Concede reposição salarial aos servidores do Magistério do Município de Inácio Martins no percentual de 10,50%, mesmo índice aplicado aos demais servidores do município, concedido de forma parcelada (1,50%) de maio à novembro de 2016. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **JORGE** falou sobre a aprovação do projeto dos professores com o descumprimento dos acordos feitos com o executivo que mais uma vez teria pisado na bola com os educadores e com o legislativo municipal. Disse que tinha sido taxado de que estaria fazendo média, o que não estaria de forma alguma, e que votou sim para cumprir os direitos dos trabalhadores em favor da educação municipal. Quanto à comissão Processante contou que foi perguntado se votaria contrário ou a favor do prefeito na possibilidade de haver um impeachment, quando respondeu que votaria de acordo com a lei, mas via que esse projeto dos professores era um direito da categoria e deveria ser composto isso em seus rendimentos. O Vereador **OSVALDIR** comentou os mandados de segurança impetrados pelo prefeito para informar a população de que um deles havia sido indeferido pela juíza e outro estava vigorando tendo sido impetrado no feriado durante o plantão do judiciário onde a juíza que acolheu seria a que estava de plantão e não tinha conhecimento de todo o processo, e por esse motivo é que existia mais um mandado de segurança vigorando e que provavelmente iria voltar para outra juíza, que já tinha conhecimento, para verificar o que aconteceria



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

com isso. O Vereador **VALDIR** comentou que também durante o feriado foi novamente denunciado junto a Policia Ambiental dizendo que em período de eleição o pessoal gostava de fazer isso, mas não se preocupava por terem vindo até a sua propriedade e feito o seu trabalho, o qual acompanhou, mas o que lhe preocupava eram as pessoas da sociedade que falavam mais do que acontecia, sendo pessoas da comunidade preocupadas com o meio ambiente, dizendo que considerava isso importante, mas que para preservar o meio ambiente era preciso também preservar a vida pois não era nenhum criminoso ambiental, tinha atividades dentro de sua propriedade talvez não oficializadas mas a maioria dos presentes se não trabalhasse com isso conheciam alguém que tivesse um forno de carvão com uma ou duas pessoas trabalhando. Falou que isso perante as normas seria irregular, mas diante das dificuldades de emprego para a população essas denuncias traziam um impacto econômico grande e negativo pois já existia dificuldade das pessoas em tocar os seus trabalhos por conta e isso afetava o município de uma forma econômica e social, por isso se preocupava com essas pessoas dizendo que nos últimos anos não via nenhuma evolução na geração de empregos, com algumas exceções como a empresa Cavassin, a qual parabenizou mais uma vez, questionando qual seria o futuro dos filhos da população de Inácio Martins. Falou ao Vereador Osvaldir que a máquina do Programa Porteira Adentro esteve na sua empresa mas para que cuidasse e não para fazer trabalhos pois estava fazendo a abertura de uma valeta de esgoto próximo, dizendo isso por saber que seria fiscalizado pois a finalidade da máquina era outra. Nada mais havendo a ser tratado o presidente declarou encerrada a presente sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia seis de junho no horário regimental, ficando lavrada a presente ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.